

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

*Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal de Nova Friburgo,
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023.*

EMBASAMENTO LEGAL	<ul style="list-style-type: none">• Constituição Federal de 1988;• Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964;• Lei complementar 101, de 04 de maio de 2000;• L.M. 4.637/18. Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo;• R.L. 2.218/17 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Friburgo;• MCASP, 9ª Edição e atualizações posteriores;• IPCs e NBCs TSP, no que se aplica;• Deliberação 277/17 – TCE/RJ;• Portarias SGE/TCE-RJ SGE nº 08 e 12, de 10.11.2023 e 05.12.2023, respectivamente;• Legislação correlata.
ENCAMINHAMENTOS	<ul style="list-style-type: none">• Controle Interno da Câmara Municipal de Nova Friburgo como parte integrante da Prestação de Contas Anual de Gestão, Anexo I, Item 12 da Deliberação 277/17 – Ano Base: 2023;• Parte ao Executivo Municipal em atendimento ao Ofício/CG/ nº017/23 – a fim de consolidação das Contas de Governo – Ano Base: 2023, nos termos da Deliberação TCE/RJ nº285/18;• Portarias SGE/TCE-RJ SGE nº 08 e 12, de 10.11.2023 e 05.12.2023, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DCASPS PCA-CMNF/2023

1 INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1 Natureza Jurídica da Entidade
- 1.2 Domicílio
- 1.3 Natureza das operações e principais atividades
- 1.4 Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

2 CRITÉRIOS CONTÁBEIS

- 2.1 Evolução das Normas Contábeis
- 2.2 Consolidação ao SIAFIC e Integração com os módulos estruturantes

3 - INFORMAÇÕES DE SUPORTE DOS ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS

3.1 - ATIVOS

- 3.1.1 Disponibilidades
- 3.1.2 Direitos, créditos e valores a longo prazo
- 3.1.3 Estoque
- 3.1.4 Imobilizado
- 3.1.5 Reconhecimento dos ativos
- 3.1.6 Mensuração
- 3.1.7 Depreciação
- 3.1.8 Redução do valor recuperável (impairment)
- 3.1.9 Intangível

3.2 PASSIVOS

- 3.2.1 Obrigações
- 3.2.2 Restos a Pagar
- 3.2.3 Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários
- 3.2.4 Distinção entre Circulante e Não Circulante
- 3.2.5 Apuração do Resultado
- 3.2.6 Patrimônio líquido
- 3.2.7 Ajustes de exercícios anteriores

4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

- 4.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos
- 4.2 Controle financeiro
- 4.3 Inconformidades das operações
- 4.4 Ajustes decorrentes de omissões e erros de registros

5 NOTAS EXPLICATIVAS - ANEXOS DA LEI 4.320/64 E ANEXO I DA DELIBERAÇÃO 277/17.

- 5.1 Anexo I, item 3 da Deliberação 277/17 - Balancete Analítico
- 5.2 Anexo I, item 4 da Deliberação 277/17 - Anexo II da Lei 4.320/64 - Demonstrativo da Despesa por elemento
- 5.3 Anexo VIII, Lei 4.320, solicitado pelo Executivo Municipal - Demonstrativo por Função, Subfunção e Programas conforme Vínculos de Recursos
- 5.4 - Anexo I, item 5 da Deliberação 277/17 - Anexo X da Lei 4.320/64 - Comparativo Receita Orçada com Arrecadada
- 5.5 Anexo I, item 6 da Deliberação 277/17 - Anexo XI da Lei 4.320/64 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

6 - NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (Anexo I, item 7 da Deliberação 277/17)

- 6.1 Variações Patrimoniais Aumentativas
- 6.2 Variações Patrimoniais Diminutivas
- 6.3 Imobilizado - Redução ao Valor Recuperável

7 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (Anexo I, item 8 da Deliberação 277/17)

- 7.1 Balanço Orçamentário - Quadro Principal: Receitas e Despesas
- 7.2 Balanço Orçamentário- Quadro B-RPNP
- 7.3 O ANEXO II - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidado

8 - NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO (Anexo I, item 9 da Deliberação 277/17)

- 8.1 Transferências Recebidas e Concedidas
- 8.2 Restos a Pagar não Processados
- 8.3 Receitas e Despesas Extraorçamentárias

9 – NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL (Anexo I, item 10 da Deliberação 277/17)

- 9.1 Ativo Circulante
- 9.2 Ativo não Circulante
 - 9.2.1 Imobilizado
 - 9.2.2 Intangível
 - 9.2.3 Depreciação
- 9.3 Passivo Circulante
 - 9.3.1 Demais Obrigações a Curto Prazo
- 9.4 Passivo não Circulante
 - 9.4.1 Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias a Longo Prazo
 - 9.4.2 O Patrimônio Líquido Acumulado
 - 9.4.3 Ajustes de Exercícios Anteriores
- 9.5 Balanço Patrimonial – Demonstrativos dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes
- 9.6 Balanço Patrimonial – Demonstrativos do Superávit/Déficit Financeiro
- 9.7 Balanço Patrimonial – Quadros de Compensação

10 – NOTAS EXPLICATIVAS AOS DEMONSTRATIVOS DOS FLUXOS DE CAIXA (Anexo I, item 11 da Deliberação 277/17)

- 10.1 Fluxo de Caixa das atividades operacionais
- 10.2 Fluxo de Caixa das atividades de investimentos
- 10.3 Fluxo de Caixa das atividades de financiamento
- 10.4 Geração de Caixa
- 10.5 Retenções tributárias para fins de impacto no saldo de caixa
- 10.6 Transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa

11 – NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA – ANEXO XVI DA LEI 4.320/64 (Anexo I, item 13 da Deliberação 277/17)

12 – NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE – ANEXO XVII DA LEI 4.320/64 (Anexo I, item 14 da Deliberação 277/17)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ABREVIACÕES UTILIZADAS

EXPOSIÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

1 INFORMAÇÕES GERAIS

- Chefe do Poder Legislativo: Max Bill Monteiro Ratamero.
- Responsável pela Administração Max Bill Monteiro Ratamero.
- Responsável pelo Controle Interno: Amanda Almeida Amaral - Contadora.
- Auditora Interno: Amanda Almeida Amaral - Contadora.
- Diretor de Contabilidade: Marco Antônio da Rocha Silva- Contador.
- Tesoureira: Natacha Cereja Gambini.

1.1 Natureza Jurídica da Entidade

A Câmara Municipal de Nova Friburgo é Órgão Público do Poder Legislativo Municipal, com natureza jurídica CNPJ 106-6, 29.844.172.0001-23, tendo como Ente Federativo responsável o Município de Nova Friburgo, RJ. Relevância em função dos Processos Judiciais:

Nº PROCESSO	OBJETO	STATUS	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
0006926.08.2005.19.0037 e 00007136-05.2018.8.19.0037 - ambos da 3ª Cível da Comarca de Nova Friburgo	Incorporação de servidor efetivo - LM.3.385/2004.	Em liquidação por arbitramento.	<ul style="list-style-type: none">• Balanço Financeiro;• Demonstração dos Fluxos de Caixa;• Anexo XVII - Demonstrativo da Divida Flutuante.

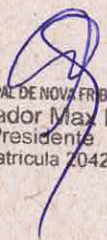
1.2 Domicílio


A Entidade tem sede no prédio do Município, Rua Farinha Filho, 50 – Centro – CEP: 28.610-280, Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

1.3 Natureza das operações e principais atividades

A atividade econômica principal da Câmara Municipal de Nova Friburgo encontra-se registrada sob cód. 84.11-6-00, Administração Pública em Geral.


Câmara Municipal de Nova Friburgo
Natacha Cereja Gambini
TESOURARIA
MATR. 349


CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
Vereador Max Bill
Presidente
Matricula 2042



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
Marco Antônio da Rocha Silva
Diretor de Contabilidade
Matricula 2063


1.4 Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Declaração Plena

Com base na análise dos Demonstrativos Contábeis, DECLARO que os mesmos guardam fidedignidade à situação ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA e PATRIMONIAL da Câmara Municipal de Nova Friburgo em 31 de dezembro de 2023.

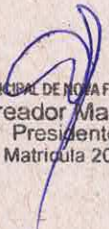

Nova Friburgo, 11 de março de 2023.


Marco Antônio da Rocha Silva
Contador
CRC - RJ 110243/O


Câmara Municipal de Nova Friburgo
Natacha Cereja Gambini
TESOURARIA
MATR 349

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Marco Antônio da R. Silva
Diretor de Contabilidade
Matricula 2063


CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Vereador Max Bill
Presidente
Matricula 2042

2 Critérios Contábeis

Os critérios contábeis do Legislativo Friburguense coadunam às diretrizes de consolidação, aperfeiçoamento, padronização e transparência da contabilidade pública demandada pela STN. Definitivamente, a Administração Pública revestiu-se da contabilidade como recurso de gestão. Desde as implantações gradativas, a Câmara submete-se às orientações emanadas pelos órgãos responsáveis. Assim foi com o PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Adotou-se os demonstrativos contábeis, aparelhando-os às tratativas do MCASP (atualmente na 9ª Ed. Aplicável para 2022) – Manual de Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público e DCASP- Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público e MDF, quando das publicações dos RGFs. Os consagrados Princípios da Administração perpassam por uma contabilidade regrada e assistida por critérios inteligíveis, claros, definidos, padronizados em todos os órgãos da Administração Pública.

Os demonstrativos contábeis se apresentam em consonância à Lei 4.320/64; MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª Ed.; IPCs atualizada da STN, NBCs TSP, no que se aplica, incorporadas a 9ª Edição do MCASP e Lei Complementar 101/00- LRF. Destaca-se o resguardo aos aspectos formais e conceituais estabelecidos na Legislação vigente e Normas do CFC - Conselho Federal de Contabilidade, bem como as recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

2.1 Evolução das Normas Contábeis

No processo de adequação, aperfeiçoamento e convergência da Contabilidade às Normas Internacionais e padronização de critérios no setor público, o Poder Legislativo de Nova Friburgo incorpora práticas e métodos para atender as exigências e atualizações da Secretaria do Tesouro Nacional e demandas que distinguem as DCASPs como ferramentas controle, gestão, informação e decisão, além de linguagem compreensível, permitindo controle social mais efetivo. Para o ano base de 2023 o referencial é o MCASP 9ª Edição e atualizações posteriores.

2.2 – Adesão ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - SIAFIC

Em meados de 2022, em obediência ao *decreto federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020*, a Legislativo Municipal passou a utilizar o mesmo sistema do Executivo, resultado da comissão criada pelo Executivo Municipal, através do Decreto nº 991, de 06 de maio de 2021, e alteração contratual através do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 150/19, celebrado entre a PMNF e a empresa E&L Produções de Software Ltda. Processo Administrativo: 5975/2018 – 13526/2021 e 13068/2022, todos da PMNF, estendendo à Câmara Municipal o uso de software da E&L, não apenas o módulo contábil, mas também os programas estruturantes: Almoxarifado, Patrimônio, RH, Compras e Portal da Transparência.

O sistema, até então, utilizado pelo Legislativo dista em muito do qual passaria a usar. Desde a plataforma, inserção de dados, conversão de formatos, incompatibilidade de extensões, suporte, interface e todas as complexidades que envolvem um sistema de contabilidade. A partir de julho de 2022 a principal tarefa foi com a integridade e segurança das informações, bem como a mitigação de erros, inconsistência, ausência e/ou duplicidade de dados. Entrementes, ocorria o treinamento de diversos funcionários em variados setores sem, entretanto, prejudicar a rotina da Casa. A proximidade com fechamento do exercício tornava o monitoramento, conferência e correção dos registros mais trabalhoso.

Em 01.01.2023 a Câmara passou a utilizar não apenas o mesmo sistema, mas também a mesma base da Prefeitura. A consolidação da base descaracterizou algumas contas, credores, relatórios, eventos e outras rotinas contábeis, vinculando-os com a base única da prefeitura. No processo, a parametrização Executivo-Legislativo não foi bem-sucedida, necessitando de revisões. Em que pese a busca pela padronização, o universo de contas do Executivo tem amplitude maior, sendo algumas delas atípicas ao Legislativo. Ademais, o ano de 2023 a Câmara passou a utilizar todos os módulos integrados: Contabilidade, RH, Compras, Patrimônio e Almoxarifado. Na supervisão de consolidação de base com Executivo e integração dos módulos, no decorrer do ano, houve a necessidade de lançamentos retificativos, como pode ser visto no balancete de verificação.

3 - INFORMAÇÕES DE SUPORTE DOS ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 ATIVOS

3.1.1 Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são contabilizadas em contas segregadas e, ao final do exercício, encaminhadas ao Executivo Municipal em valor atualizado e registrada no Anexo XVII, Lei 4.320/64.

3.1.2 Direitos, créditos e valores a longo prazo

A Câmara Municipal de Nova Friburgo não possui direitos e/ou títulos de créditos.

3.1.3 Estoque

O estoque é concentrado em bens de almoxarifado, mensurados pelo preço médio ponderado das compras, em conformidade ao inciso III do art. 106 da Lei 4.320/1964.

3.1.4 Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em seguida, incorporado conforme as NBCASP. Considerando que o imóvel pertence ao município, o Legislativo informa os respectivos eventos ao Executivo para que o mesmo tutele a contabilização do evento.

O Legislativo Friburguense aplica a seu ativo imobilizado vida útil, e depreciação por quota constante. A gestão do patrimônio é normatizada pela Resolução Legislativa nº 1.783/09.

3.1.5 Reconhecimento dos ativos

De acordo com princípio da Oportunidade o setor de patrimônio reconhece e a contabilidade registra integralmente no momento em que ocorrerem por sistema informatizado. No caso de Verificação Física, Doação, Devolução ou transações de natureza pertinente, considera-se as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma.

3.1.6 Mensuração

Consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis.

3.1.7 Depreciação

O sistema de patrimônio da CMNF realiza o método de depreciação linear, quotas constantes, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e, quando o caso, as peculiaridades do bem.

3.1.8 Redução do valor recuperável (impairment)

Por definição, redução a valor recuperável é o ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil.

3.1.9 Intangível

Os bens Intangíveis registrados no patrimônio da CMNF são referentes às licenças de softwares, com diretivas de amortização em consonância às NBCASP.

3.2 PASSIVOS

3.2.1 Obrigações

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As obrigações pós-fixadas são ajustadas considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. A Câmara, por gestão financeira em equilíbrio ao repasse, equaciona, com auxílio do Departamento de Recursos Humanos, folhas e encargos trabalhistas para serem pagas até o dia 31 de dezembro do exercício corrente. Como informado no e-Social, EFD-REINF e DCTFWEB.

3.2.2 Restos a Pagar

As despesas empenhadas e não pagas ao final do exercício foram inscritas em restos a pagar, tendo correspondente disponibilidade financeira e respaldo legal. Ao término do exercício de 2023 foram inscritos R\$ 1.794.524,47 de Restos a Pagar não Processados, com suficiência financeira. Informados nos balanços, Anexo XVII da Lei 4.320/64.

3.2.3 Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

Quando ocorre, a retenção é efetivada na liquidação, gerando uma OP (Ordem de Pagamento) da DEO (Despesa Extraorçamentária). Ao pagar o credor, o sistema gera o ingresso consignado, liberando o pagamento da respectiva DEO/OP.

Como tomador de serviços a Câmara acata as normas vigentes às retenções e a legitimidade dos detentores dos depósitos (N.E. 10.5).

Os Depósitos Vinculados de Valores Restituíveis têm suas inscrições e baixas controladas através do sistema via relatórios, balancetes e demonstrativos extraorçamentários, além do Anexo XVII. As retenções são importadas para os informes mensais do SIGFIS.

3.2.4 Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento das respectivas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante com inscrição no Anexo XVII – Demonstrativo da Dívida Flutuante, Lei 4.320/64 e Balanço Financeiro.

3.2.5 Apuração do Resultado

Os resultados - orçamentário e patrimonial - são apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador. Considera-se o art. 35 da Lei 4.320/64 para o exercício financeiro.

3.2.6 Patrimônio líquido

A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. A apresentação segue as orientações do MCASP colunando Exercício Anterior e Atual.

3.2.7 Ajustes de exercícios anteriores

A CMNF adota critério da STN para movimentação na conta de ajuste de exercícios anteriores, cujos lançamentos são devidamente aclarados em notas explicativas.

4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

4.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

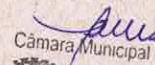
A implantação do SIAFC na Câmara não ficou adstrita a contabilidade somente, mas bordejou os sistemas estruturantes, integrando-os. Assim o sistema de compras está integrado à contabilidade nas reservas de despesas, controle de Atas de Registros e, entre outros no controle de contratos, mormente, os mais expressivos.


4.2 Controle financeiro

O legislativo Municipal Friburgense é norteado pelos princípios da administração pública, sobretudo, no que tange a parte financeira, a economicidade e eficiência. Otimizar recursos é aplica-los de forma coerente ao planejamento é condição básica para gerir o erário e minimizar os riscos. O acompanhamento do ambiente macroeconômico e seus reflexos na política fiscal dos municípios, gera constante vigilância em relação às receitas e despesas, bem como aos limites de gastos e tetos impostos por lei.

A tesouraria também está integrada à contabilidade. O monitoramento do fluxo das despesas e acompanhamento dos RREOs e RGFs, permitiram a eficiência nas aplicações dos recursos públicos e adimplência aos compromissos e consequente devolução, entre orçamentárias e financeiras, de **RS 8.820.987,68**, estratificados em :

RESUMO DEVOLUÇÃO 2023 (DEVOLVIDO EM 15.12.23 OFÍCIO 013/CONTAB/23)	
ESTORNOS DE RAP/2022	201.095,80
RECEITAS DIVERSAS	2.869,15
FRANQUIAS E MULTAS	2.770,50
APLICAÇÕES: B.B. E CEF (01.01.2023 A 30.11.2023)	558.401,11
AÇÕES TELEFONIA / SALDO INC.	24,01
DESPESAS NÃO EFETUADAS (DEVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)	5.000.000,00
TOTAL DEVOLVIDO EM DEZEMBR/2023	5.765.160,57
RESUMO ESTIMADO CONSIGNADO 2023 - cf - art 168, 2º	
CONSIGNADO ORÇAMENTO DESPESAS NÃO EFETUADAS	2.998.018,10
RECEITAS DIVERSAS	762,83
FRANQUIAS E MULTAS	461,75
APLICAÇÕES: B.B. E CEF (01.12.2023 A 31.12.2023)	56.584,43
TOTAL DEVOLUÇÃO CONSIGNADO	3.055.827,11
TOTAL GERAL DEVOLUÇÃO	8.820.987,68


Câmara Municipal de Nova Friburgo
Natacha Cereja Gambini
TESOURARIA
MATR 349


CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
Vereador Max Bill
Presidente
Matricula 2042


CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
Marco Antônio da R. Silva
Diretor de Contabilidade
Matricula 2063

4.3 Inconformidades das operações

Inexistem, no exercício de 2023, eventos que possam afetar a compreensão do usuário das informações contábeis quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

4.4 Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro: não foram realizados em 2023 ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.

NOTAS EXPLICATIVAS AOS ANEXOS DA LEI 4.320/64 E ANEXO I DA DELIBERAÇÃO 277/17.

5 - Notas Explicativas: Balancete de Verificação; Anexos II, X e XI DA LEI 4.320/64 -

Valores expressos em reais (R\$)

N.E nº 5.1 - Anexo I, item 3 da Deliberação 277/17 - Balancete Analítico: Segrega as contas de acordo com o PCASP - Classes 1 a 8, conforme sua natureza. Evidencia o saldo anterior, débitos e créditos e saldo final. Os saldos foram confrontados aos balanços e às prestações de contas do almoxarifado, patrimônio e tesouraria e guardam paridade.

No exercício 2022 a Câmara aderiu ao SIAFIC carreado pelo Executivo - *decreto federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020*, migrando seus dados para o sistema utilizado pela Prefeitura. Em 2023 consolidou-se o sistema único, com toda a base estabelecida no Executivo, unificando o Plano de Contas, ocasionando algumas alterações e contas atípicas ao Legislativo foram detectadas. O setor contábil notificou a empresa apontando os equívocos encontrados. Seguindo as Normas contábeis, foram realizados movimentos de retificações e estornos. O balancete analítico evidencia essas movimentações.

N.E nº 5.2 - Anexo I, item 4 da Deliberação 277/17 - Demonstrativo da Despesa por elemento, Anexo II da Lei 4.320/64. as despesas estão em conformidade aos arts. 12 e 13 da Lei nº 4.320/1964, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e alterações posteriores, bem como Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Procedimentos Contábeis Orçamentários.

N.E nº 5.3 - O Anexo VIII (solicitado pelo Ofício/CG/Nº017/23 - Controladoria da PMNF) - Demonstrativo por Função, Subfunção e Programas conforme Vínculos com Recursos, contempla os Programas propostos no PPA 2022-2025. Giro outro, esclarecimento necessário é concernente à vinculação de recursos: O Legislativo Municipal possui apenas recursos ordinários oriundos do duodécimo previsto em Lei.

N.E nº 5.4 - Anexo X, item 5 da Deliberação 277/17 - Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada, Anexo X da Lei 4.320/64. Órgão integrante da administração direta, o Poder Legislativo Municipal é autônomo e independente, logo, gestor do seu orçamento. Os anexos referentes às receitas, bem como a Demonstração da Execução Orçamentária da Receita não se aplicam ao Legislativo Municipal, cuja receita deriva de repasse financeiro do Executivo Municipal, na forma de duodécimo, em conformidade ao art. 29-A da Constituição Federal. As Despesas estão dispostas conforme ditame legal e programação das peças orçamentárias em vigor.

N.E nº 5.5 - Anexo XI, item 6 da Deliberação 277/17 - Anexo XI da Lei 4.320/64 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Excluídas as Devoluções ao

Executivo por “Despesas não Realizadas”, o comparativo apresentou saldo orçamentário (despesas) positivo de R\$ 2.998.018,10. A sobra orçamentária não foi utilizada pelo Executivo e o valor financeiro correspondente ficou consignado nos moldes do art. 168, §2º, contabilizado sob as diretrizes da Nota Técnica SEI nº 34054/2021/ME. O Anexo XI evidencia, ainda, as alterações orçamentárias, restando:

AUTORIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA
20.448.145,37	17.450.127,27	2.998.018,17

NOTAS EXPLICATIVAS AOS BALANÇOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2023

Em 2023 a base de dados passou a ser mesma do Executivo e, internamente, os sistemas estruturantes passaram a se relacionar entre si. A integração com Almoxarifado, Patrimônio, Compras e RH robusteceram o sistema único e as demonstrações contábeis foram consolidadas com base nas informações extraídas desta fusão de dados. As demonstrações contábeis do Poder Legislativo Friburguense são compostas pelo *Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e respectivos quadros; bem como pela Demonstração das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa*. Foram elaboradas de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição, Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021, válido para o Exercício de 2022. Consideram-se, por essência, a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Salienta-se que as informações contábeis são disponibilizadas no Portal da Transparência, no sítio da Câmara Municipal de Nova Friburgo - <https://cmnovafriburgo-rj.portaltp.com.br/> - em atendimento aos preceitos da Lei Federal Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. A transparência contábil é uma prática da Casa Legislativa Friburgense.

6 – NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS *Anexo I, item 7 da Deliberação 277/17*

A contabilização das variações patrimoniais, por meio do sistema, segue rito das DCASP, grupos de contas 3 e 4. São lançados os atos e fatos relativos à Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial, bem como os Independentes da Execução Orçamentária. As apropriações das Variações Patrimoniais Diminutivas ocorrem após a liquidação da despesa. Conforme orientações da DCASP a “DVP deverá ser acompanhada de notas explicativas quando os itens que compõem as VPA e as VPD forem relevantes... Algumas circunstâncias poderão ser apresentadas em notas explicativas, ainda que seus valores não sejam relevantes”.

6.1 – Variações Patrimoniais Aumentativas somam R\$ 25.448.145,37 e são, na totalidade, oriundas das parcelas duodecimais do repasse:

Descrição	Documento	Valor (R\$)
-----------	-----------	-------------

Transferência financeira recebida	Duodécimo na forma do art. 168, caput – CF/88.	25.448.145,37
TOTAL		25.448.145,37

6.2 - Variações Patrimoniais Diminutivas atingiram o montante de **R\$ 24.755.142,43**, segregadas em:

Pessoal e Encargos	Elemento	14.738.079,40
	31901100	
Vencimentos e Vantagens	0	11.268.084,55
	31901300	
Obrigações Patronais - RPPS	0	1.702.668,26
	31911300	
Obrigações Patronais - INSS	0	422.816,04
	33904600	
Auxílio Alimentação (Indenizatório)	0	990.253,09
	33904900	
Auxílio Transporte (Indenizatório)	0	327.216,53
Indenizações e Restituições Traba-	31909400	
lhistas	0	27.040,93
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		1.722.694,19
Serviços		1.273.753,37
Diárias	339014000	20.950,00
Locação de Mão-de Obra	339037000	31.063,70
Locação de Mão-de Obra RAP/2022	339037000	233.682,80
Passagens e Despesas com Locomoção	339033000	16.524,25
Outros Serv. de Terceiros PJurídica	339039000	440.213,12
Outros Serv. de Terceiros PJ - RAP 2022	339039000	346.310,47
Serviços de Tecnologia da Informação	339040000	148.486,76
Serviços de Tecnologia da Informação RAP/2022	339040000	36.522,27
Uso de Material de Consumo (saídas de almoxarifado)		307.485,71
Depreciação, Amortização e Exaustão		141.455,11
Transferências e Delegações Concedidas		8.203.400,72
Devolução de Transferências Recebidas - (Of. 13/Contab/2023)		5.000.000,00
Devolução de Transferências Recebidas - consignadas - § 2º do art. 168 da CF.		2.998.018,10
Devolução de Transferências Recebidas - Cancelamento de RAP/2022.		201.095,80
Transferências Concedidas - desconhecimento de bens imóveis (Transf. PMNF) (valor contábil). As transferências referentes a itens de bens imóveis foram acompanhadas de laudos e pareceres da Comissão Especial Patrimonial, nomeada pela Portaria 2.849/23 do Processo Administrativo nº 3.244/23		4.286,82
TRIBUTÁRIAS		2.689,60
Obrigações Tributárias e Contributivas	339047000	2.689,60
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		88.278,52
Indenizações e Restituições - E&L (pago a PMNF) 2022 e 2023.		
Valor restituído ao Executivo Municipal referente ao Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 150/19, celebrado entre a PMNF e a empresa E&L Produções de Software Ltda. Em atendimento ao SIAFIC a Câmara utiliza o mesmo sistema da Prefeitura. No âmbito municipal, o Executivo paga a empresa e o Legislativo restitui a parte que lhe cabe.	339092000	88.278,52

O confronto entre as Variações Aumentativas e Diminutivas apresentou o resultado patrimonial

de superávit na monta de **R\$ 693.002,94.**

Variações Aumentativas 25.448.145,37

Variações Diminutivas (24.755.142,43) **693.002,94**

6.3 Imobilizado - Redução ao Valor Recuperável: A CMNF não possui patrimônio que tenha sofrido redução do valor recuperável em 2023.

7 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Anexo I, item 8 da Deliberação 277/17

Em conformidade às NBCASP e Lei 4.320/64, o Balanço Orçamentário do Legislativo Friburguense se apresenta com as transferências financeiras concedidas e recebidas no exercício (receitas), bem como as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, liquidadas, pagas e os saldos.

N.E nº 7.1 – Balanço Orçamentário – Quadro Principal: Receitas e Despesas: destaca-se: por se tratar de Câmara, o Déficit é evidenciado pela ausência de receita e se justifica pelo fato de a Câmara Municipal não possuir receita própria, pois não é agente arrecadador. O orçamento inicial da Câmara Municipal de Nova Friburgo foi fixado através da Lei Municipal nº. 4.925/222, e Decreto nº 1.906/2022 – QDD, ambos de 27 de dezembro de 2022 e publicados no Diário Oficial, Ano IV, Edição 1.376, em 29 de dezembro de 2022, em R\$ 24.645.787,46. O Orçamento do Legislativo, ajustado pelo ANEXO X, Lei 4.320/64 - Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada – Consolidada de 2022, aferido pela Secretaria de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão – Setor de Orçamento do Executivo Municipal, PA 2.792/23, de 10 de abril de 2023 atingiu um montante de R\$ 25.898.145,38, limite de ajuste em conformidade com o **Art. 29-A CF, deduzidas as Emendas Parlamentares nº 003, 008, 10, 11 e 014, no total de R\$ 450.000,00, resultou em um orçamento ajustado de R\$ 25.448.145,38.** O Legislativo Friburguense executou (Empenhou) R\$ 17.450.127,27, efetuou devolução orçamentária de R\$ 5.000.000,00 - Ofício 013/Contab/2023, sobejando um saldo orçamentário (e financeiro) de R\$ 2.998.018,10, este consignado na fo.ma do § 2º, art. 168 da Constituição Federal, sendo a composição:

ORÇAMENTÁRIO

Dotação inicial - LM nº 4.925/22	24.645.787,46
	1.252.357,91
diferença 6% do Anexo X -2022 (Ofício.....	25.898.145,37
Emendas 003, 008, 010, 011 e 014	(450.000,00)
Dotação Reajustada pelo Anexo X – (6%) - Art. 29-A CF.	25.448.145,37
Devolução orçamentária ao Executivo	(5.000.000,00)
Dotação Atualizada	20.448.145,37
Despesas Realizadas/Empenhadas	(17.450.127,27)
Superávit / Déficit Orçamentário	2.998.018,10¹

FINANCEIRO

Despesas Realizadas/Empenhadas	17.450.127,27
Despesas Liquidadas e Pagas	(15.655.602,80)
Empenhos a pagar	1.794.524,47

Balanço Financeiro / Suficiência de Restos a Pagar não Processados (provisão) (1.794.524,47)

¹ Valor a ser deduzido dos primeiros duodécimos de 2023, respaldado no § 2º do art. 168 da CF/88.

REPRESENTAÇÃO PERCENTUAL

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	PERCENTUAL
Orçamento Reajustado	25.448.145,37	100%
Empenhada		
Desp. Corrente	17.279.127,12	68%
Desp. Capital	171.000,15	1%
Devolução Orçamentária (Sem consignado Financeiro)	5.000.000,00	20%
Superávit Orçamentário	2.998.018,10	12%

Embora o Executivo não tenha utilizado o saldo orçamentário, a Câmara consignou o financeiro nos § 2º do art. 168 da CF/88., a ser deduzido nos primeiros duodécimos do exercício seguinte. Ficando assim consagrada o total da devolução de despesas orçamentárias não efetuadas:

Devolução Despesas não Efetuadas	Entregues no Exercício de 2023 - Ofício 013/Contab/2023	5.000.000,00	20%
	Consignadas a ser deduzidas nos primeiros duodécimos do exercício seguinte	2.998.018,10	12%
	TOTAL	7.998.018,10	31%

RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS - O Município possui regime próprio de previdência social (RPPS). A Câmara repassa ao Fundo Municipal de Previdência Própria do Município as verbas recolhidas dos servidores efetivos: Retenção de 14% – LM 4.787/21- Extraorçamentária ao Fundo Municipal de Previdência Própria e Patronal de 16,83% com base na LM 3.400/04. O Legislativo Municipal não faz aporte ao Fundo, tampouco amortização do déficit atuarial (Revogada pela L.M. 4.300/14) e de parcelamento de débito, este último inexistente no âmbito do Legislativo, que por seu turno, não possui receitas próprias, lastreando suas despesas com o duodécimo constitucional repassado pelo Executivo Municipal.

REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA

CONTA	INSCRIÇÃO	BAIXA	DOTAÇÃO / CONTA	PATRONAL
218810101001	351.718,85	351.718,85	319113000	422.816,04 ²
218810111903	11.450,14 ³	11.450,14	218810111902	13.764,79
	363.168,99	363.168,99		436.580,83

N.E nº 7.2 – Balanço Orçamentário- Quadro -RPNP - O Anexo I – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados, evidencia que Restos a pagar não Processados, inscritos no Exercício de 2022, no valor de R\$ 1.071.252,14 foram baixados da seguinte forma:

RPNP/2022 - Liquidados e pagos a fornecedores em 2022	R\$ 870.156,34
RPNP/2022 – Cancelados (por saldo de empenho/término de contrato) e encaminhados ao Executivo – Of. 13/Contab/2023.	R\$ 201.095,80
	R\$ 1.071.252,14

N.E nº 7.3 - O ANEXO II – o Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidado encontra-se sem movimentação, em conformidade

² Valor coaduna com a Demonstração dos Fluxos de Caixa - A Patronal de Incorporação foi paga até julho/2023 pelo Executivo, em função de decisão Judicial, abaixo descrita.

³ RPPS sobre incorporação paga a servidores efetivos em função das decisões judiciais 0006926.08.2005.19.0037 e 00007136-05.2018.8.19.0037 - 3ª Cível da Comarca de Nova Friburgo, no qual restou ao Município parte vencida. A Câmara passou a realizar os pagamento com recursos próprios a partir de agosto de 2023, conforme Termo de Acordo Administrativo PAS12.567/23 e 3.300/23.

às demonstrações contábeis.

8 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

Anexo I, item 9 da Deliberação 277/17

Apresentado nos moldes de Ingressos e Dispendios, com exposição dos exercícios: anterior e atual. Destaca-se a ausência de **registro** de receitas orçamentárias, visto que o poder legislativo não possuiu competência para arrecadar receitas.

N.E nº 8.1 – Transferências Recebidas e Concedidas - O Valor de R\$ 25.448.145,37 na conta Transferências Financeiras Recebidas do Executivo (Ingressos) deriva do somatório dos duodécimos ao longo do exercício de 2023. O valor consignado em 2022 de 1.713.412,72 foi deduzido no primeiro repasse de 2023, conforme Nota de Lançamento Contábil nº 06, fazendo parte do valor total, constando sua baixa no Anexo XVII e nas Obrigações de Curto Prazo. A coluna de Transferências Concedidas (Dispendios) alcança R\$ 5.201.095,80 como o agregado de Despesas não efetuadas e RAPNP/2022 cancelados por saldo de empenho.

Devolução de Transferências Recebidas 2023

R\$ 5.000.000,00

Devolução de Transferências Recebidas – Cancelamentos de RAPNP/2022

R\$ 201.095,80 R\$ 5.201.095,80

A conta Outras Obrigações a Curto Prazo - Intra OFSS – R\$ 1.713.417,72- faz referência a saldo financeiro de 2022 consignado - nos moldes do § 2º art. 168 da CF/88 – deduzido do repasse de janeiro de 2022, de acordo com a NL Contábil 06, retromencionada. Baseado no mesmo dispositivo a Câmara consignou o Valor de R\$ 2.998.018,10, constante no Anexo XVII e Balanço Patrimonial. Esta é a configuração do saldo financeiro no término do exercício de 2023:

Quadro 1

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Consignado - § 2º art. 168 da CF/88 – a deduzir das primeiras parcelas do duodécimo exercício 2024.	2.998.018,10
Suficiência de RAPNP/202	1.794.524,47
Depósito Restituíveis e Valores Vinculados – Receitas Diversas e Franquias e Multas	1.224,58
Depósito Restituíveis e Valores Vinculados – INSS Pessoal Jurídica	1.981,10
Aplicações de Curto Prazo : apuração de dezembro/23 a ser repassada ao Executivo Municipal	56.584,43
Caução Contrato nº 019/2023	64.499,90
Remuneração Caução Contrato nº 019/2023	1.580,74
TOTAL	4.918.413,32

N.E nº 8.2 – Restos a Pagar não Processados – As despesas empenhadas não liquidadas foram inscritas em Restos a Pagar não Processados com a respectiva equivalência financeira, observada no Anexo XVII, composição do saldo do Balanço Financeiro e Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre de 2023 .

Inscrição de Restos a Pagar não Processados 2023

1.794.524,47

Suficiência Financeira para RAPNP/2023

1.794.524,47

N.E nº 8.3 – Receitas e Despesas Extraorçamentárias – No que tange ao Legislativo, em consonância aos arts. 3º e 57 da Lei nº 4320/64, vincula-se as receitas extra orçamentárias às despesas de caráter semelhante, cujas entradas revestem-se de caráter compensatório, registradas

no Ativo e Passivo Financeiro, visto que tem a contrapartida de sua disponibilidade com a obrigação de restituição futura.

Os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, na forma da lei, correspondem a dispêndios que não transitam pelo orçamento, são contrapartidas das inscrições (ingressos) e configuram no Anexo 17 da Lei 4.320/64, cujo saldo guarda exatidão com Caixa e Equivalente de Caixa, como visto no Quadro 1.

No comparativo dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados registrados no Balanço Financeiro e o Anexo XVII observa-se:

Quadro 2			
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	Balanço Financeiro	Anexo XVII	DIFERENÇA
Ingressos/Inscrição	3.846.134,85	3.846.134,85	0,00
Pagamentos/Baixa	3.836.958,69	3.836.958,69	0,00

9 – NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

Anexo I, item 10 da Deliberação 277/17

N.E nº 9.1 Ativo Circulante apresenta o somatório de R\$ 5.056.288,62, resultantes de :

- a) – equilíbrio de caixa: R\$ 4.852.332,68 (Bancos – Conta Movimento), composto por – 1) R\$ 1.794.524,47 de suficiência de RAPnP; R\$ 56.584,43 como aplicações referentes ao mês de dezembro/2023, conta Dividendos; R\$ 2.998.018,10 de Consignado - § 2º art. 168 da CF/88 – a deduzir das primeiras parcelas do duodécimo exercício; R\$ 1.224,58 referente a Depósitos Diversas Origens Vinculadas – Receitas Diversas e Franquias e Multas e R\$ 1.981,10 advindo de INSS – Pessoa Jurídica;
- b) – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo: R\$ 66.080,64 decorrente de R\$ 64.499,90 Caução Contrato nº 019/2023 acrescido de R\$ 1.580,74 advindo da conta Remuneração Caução Contrato nº 019/2023
- c) – estoque de almoxarifado: R\$ 137.875,30 – material de consumo para uso nas atividades de servidores e vereadores. Materiais diversos para salas, gabinetes e manutenção do prédio em geral.

N.E nº 9.2 - Ativo não Circulante elenca as contas de bens móveis, imóveis e intangíveis.

9.2.1 – Imobilizado: Como exposto na NE 2.2, após a consolidação do Plano de Contas e base única com a Prefeitura, algumas parametrizações se perderam ou criaram vínculos com outras. A mudança trouxe algumas distorções que foram sendo detectadas e retificadas ao longo do Exercício. São contas comuns à estrutura do Executivo, mas não se aplicam ao Legislativo. O sistema trouxe **classificação mobiliária pertencente ao Executivo e a Contabilidade verificou que na dinâmica de lançamento das liquidações** : o Exercício Anterior, a aquisição de equipamentos de informática foram alocadas em Mobiliário em Geral pelo sistema. O setor contábil, conforme as Normas Contábeis, efetuou registros retificativos transferindo para as contas as quais pertencem: Bens de Informática — **Lançamentos Contábeis nº 27 e 35**. A Contabilidade solicitou ao Patrimônio a correção do evento através da CI CMNF/Contab/012/2023.

Data	Nº Empenho	Data Empenho	Programa	Atividade/Projeto	Credor	Conta Lançada	Valor Liquidado
05/12/2022	0000181/2022	30/09/2022	108 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO LEGISLATIVO	2299 - AMPLIAÇÃO E A ATUALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	RUNTIME ELETRÔNICA LTDA.	123110303000.P - MOBILIÁRIO EM GERAL	R\$ 1.439,94

19/12/2022	0000180/2022	30/09/2022	108 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO LEGISLATIVO	2299 - AMPLIAÇÃO E A ATUALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	OMEGA DISTRIBUIDOR A DE CARMO LTDA.	123110303000.P - MOBILIÁRIO EM GERAL	R\$ 3.788,00
20/12/2022	0000179/2022	30/09/2022	108 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO LEGISLATIVO	2299 - AMPLIAÇÃO E A ATUALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	GMS PRIME SERVIÇOS & COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA.	123110303000.P - MOBILIÁRIO EM GERAL	R\$ 23.299,00
23/12/2022	0000187/2022	30/09/2022	108 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO LEGISLATIVO	2299 - AMPLIAÇÃO E A ATUALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	MR DE OLIVEIRA CHAVES LTDA.	123110303000.P - MOBILIÁRIO EM GERAL	R\$ 9.649,71
							R\$ 38.176,65

Após os lançamentos retificativos, o ativo imobilizado da CMNF alcançou montante de R\$ 2.569.179,08, considerando as contas de depreciação e amortização encerrou o exercício de 2023 com o valor contábil de R\$ 1.001.048,52. Trata-se de bens móveis utilizados nas atividades do Poder Legislativo, como: mobiliário em geral, equipamentos de informática, veículos, entre outros.

9.2.2 - Intangível: A CMNF possui R\$ 164.879,15 na conta de bens intangíveis, sob regime de amortização nos termos das NBCASP. Referem-se à softwares adquiridos para as demandas da Casa, como: programa de votação e controle do plenário; Windows, Antivírus, Teamviewer e afins. A amortização acumula saldo de R\$ -79.344,08. Assim, no confronto do contábil e a prestação de contas do setor de patrimônio apurou-se equivalência entre os e saldos.

9.2.3 - Depreciação: os bens móveis da CMNF que tem vida útil econômica limitada submetem-se à depreciação sistemática durante esse período. Esse custo com depreciação demonstra a redução do valor dos bens pelo uso, ação da natureza e obsolescência. A depreciação acumulada no exercício de 2023 alcançou montante de **R\$ 1.658.130,56**, na forma:

Depreciação Acumulada Anterior	1.532.286,60
Depreciação Acumulada (bens baixados)	(15.611,15)
Depreciação do Exercício	141.455,11
Saldo Depreciação Acumulada 2023	1.658.130,56

9.3 - No Passivo Circulante, ressalta-se:

9.3.1 - Demais Obrigações a Curto Prazo da CMNF são referentes às contas registradas no Anexo XVII, exceto, conforme as NBCASP o RAPNP/2023:

Consignado - § 2º art. 168 da CF/88 – a deduzir das primeiras parcelas do duodécimo exercício 2024.	2.998.018,10
Depósito Diversas Origens Vinculadas – Receitas Diversas e Franquias e Multas	1.224,58
Depósito Diversas Origens Vinculadas – INSS Pessoal Jurídica	1.981,10
Aplicações de Curto Prazo : apuração de dezembro/23 a ser repassada ao Executivo Municipal	56.584,43
Caução Contrato nº 019/2023	64.499,90
Remuneração Caução Contrato nº 019/2023	1.580,74
	3.123.888,85

9.4. - Passivo não Circulante

9.4.1 – A Câmara Municipal de Nova Friburgo não tem obrigações a Longo Prazo.

9.4.2 - O Patrimônio Líquido Acumulado, ao final do exercício, apresenta saldo positivo de R\$ 2.933.448,29, não havendo “ajustes de exercícios anteriores”, assim detalhada:

<i>Superavit/Déficit Anterior -2022</i>	R\$	2.240.445,35	
<i>Resultado do Exercício de 2023</i>	R\$	693.002,94	
<i>Ajustes de Exercícios Anteriores</i>	R\$	0,00	R\$ 2.933.448,29

9.4.3 – Ajustes de Exercícios Anteriores: Não houve movimentação.

Nota 9.5 – Balanço Patrimonial – Demonstrativos dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – as rubricas destacadas neste demonstrativo estão detalhadas em notas anteriores, restando um saldo patrimonial de R\$ 1.138.923,82.

CONFERÊNCIA DO SALDO PATRIMONIAL		
Descrição		Valor (R\$)
(A)	Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial	2.933.448,29
(B)	Saldo de RAP não Processados em 31/12/2023	(1.794.524,47)
(C)	Saldo Patrimonial Apurado	1.138.923,82
(D)	Saldo Patrimonial evidenciado no BP – Demonst. Ativos e Passivos	1.138.923,82
(E)	Diferença	0,00

Nota 9.6 - Balanço Patrimonial – Demonstrativos do Superávit/Déficit Financeiro – O Ativo Financeiro apresenta o valor igual ao passivo Financeiro: R\$ 4.918.413,32 Sendo, portanto, a diferença **zero**. Ao término do Exercício Financeiro, a Câmara devolve o montante não utilizado e provisiona os Restos a Pagar, bem como DDOV – Anexo XVII. Rememore, obedecendo ao princípio do Caixa único a CMNF consignou parte da devolução ao duodécimo do exercício seguinte. O valor será apropriado pelo Executivo como dedução nos repasses de 2024. No detalhamento do Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanente, observa-se:

Descrição	Valor (R\$)	ATIVO FINANCEIRO
<i>Suficiência Financeira Restos a pagar não Processados de 2023</i>	1.794.524,47	
DDOV – Anexo XVII	125.870,55	
Consignado - § 2º art. 168 da CF/88 – a deduzir das primeiras parcelas do duodécimo exercício 2023.	2.998.018,10	
		4.918.413,12
Descrição	Valor (R\$)	ATIVO PERMANENTE
Ativo Permanente imobilizado	1.001.048,52	1.138.923,82
Almoxarifado	137.875,30	
	TOTAL (A)	6.057.336,94
Descrição	Valor (R\$)	PASSIVO FINANCEIRO
<i>Suficiência Financeira Restos a pagar não Processados de 2023</i>	1.794.524,47	
DDOV – Anexo XVII	125.870,55	

Consignado - § 2º art. 168 da CF/88 - a deduzir das primeiras parcelas do duodécimo exercício 2023.

2.998.018,10

4.918.413,12

Descrição	Valor (R\$)	PASSIVO PERMANENTE
	TOTAL (B)	4.918.413,12
	SALDO PATRIMONIAL (C) = (A) - (B)	1.138.923,82

Nota 9.7 - Balanço Patrimonial – Quadros de Compensação – Com a implementação do SIAFIC e integração com Módulo de Compras, verificou-se, como de contrato de maior vulto, que eventualmente pode impactar patrimônio da Câmara Municipal de Nova Friburgo :

Atos Potenciais Ativos:

66.080,64

Caução Contrato nº 019/2023

64.499,90

Remuneração Caução Contrato nº 019/2023

1.580,74

Trata-se de depósito em caução com finalidade de garantir a plena execução do contrato celebrado com a Câmara Municipal de Nova Friburgo.

Atos Potenciais Passivos:

1.289.998,08

Contrato nº 19/2023

1.289.998,08

Este valor contempla a Obrigação contratual mais expressiva do Legislativo Friburguense, detalhamento:

CONTA	LICITAÇÃO /CONTRATO	OBJETO	CREDOR	VALOR CONTRATADO	EMPENHADO*	LIQUIDADO	A EXECUTAR
812310301000	PA/CPL Nº 035/2023 - Pregão Eletrônico nº 007/2023 Contrato nº 019/2023	Contrato de prestação de serviços de locação de veículos do tipo passeio - 24 meses.	Jetta Comércio e Serviços Ltda	1.289.998,08	644.999,04 (Emp. 202 e 203)	0,00	1.289.998,08

A inexistência de liquidação se justifica em função de cláusula contratual para início dos serviços: Cláusula 5.2 "A contratada terá o prazo máximo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do Contrato, para iniciar a prestação dos serviços, devendo entregar todos os veículos conjuntamente na sede da Câmara Municipal de Nova Friburgo, sem qualquer custo."

4 Contrato 019/2023 - CLÁUSULA SEXTA - "A despesa prevista neste contrato encontrar-se-á empenhada para o exercício financeiro de 2023, conforme Nota de Empenho Nº 202 e 203, de 24 de agosto de 2023, à conta da dotação orçamentária de elemento de despesas 33.90.39.00, programa de trabalho 01.001.01.031.0107.2.345 (Gestão e Terceirização de Frota de Veículos Leves). PARÁGRAFO ÚNICO Nos exercícios financeiros seguintes, as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas de mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro".

10 – NOTAS EXPLICATIVAS AOS DEMONSTRATIVOS DOS FLUXOS DE CAIXA

Anexo I, item 9 da Deliberação 277/17

O demonstrativo foi elaborado conforme orientações de preenchimento da IPC nº 08, Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (atualizada em janeiro de 2020), Parte 6 da 9ª Edição do MCASP. Os valores extraorçamentários estão inseridos nos grupos: "Outros ingressos operacionais" e "Outros desembolsos operacionais", pertencentes aos "Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais".

10.1 Fluxo de Caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais evidencia R\$ 2.126.447,60 positivo, o que representa aumento do capital circulante líquido da Entidade. Detalhamento:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Valor (R\$)
Ingressos	27.580.862,50
Transferências recebidas (repasses+B7:C23)	25.448.145,39
Consignado em 2022 deduzido em 2023	-1.713.417,74
DDVR (DDO)	3.846.134,85
Desembolsos	27.580.862,50
Pessoal de Demais Desembolso	15.993.544,37
Detalhamento de Pessoal e Demais Desembolso	
= liquidado/pago 2023 (+ RAP/22 pago - RPPS - Incorporações de bens)	
Liquidado/pago 2023	15.655.602,80
RAP/2022 Pagos	870.156,34
incorporação bens	-109.398,73
RPPS (intra)	-422.816,04
Transferências concedidas (RPPS-Patronal)	422.816,04
Outros desembolsos operacionais	11.164.502,09
Detalhamento de Outros Desembolsos Operacionais	
RAP/2022 Cancelados	201.095,80
Devolução de despesas não efetuadas	5.000.000,00
DDVR (DDO)	3.836.958,69
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	2.126.447,60

10.2 Fluxo de Caixa das atividades de investimentos

No exercício de 2023 os desembolsos em atividades de investimento são oriundas de aquisição de imobilizado, o que representa aumento do capital permanente da entidade com consequente redução do capital circulante líquido proporcional. São itens do imobilizado – material permanente.

4490552 de RAP/2022	R\$ 73.600,00	
449052 do Orçamento de 2023	R\$ 35.798,73	R\$ 109.398,73

10.3 Fluxo de Caixa das atividades de financiamento

Não houve fluxo de caixa das atividades de financiamento.

10.4 Geração de Caixa

Ao final do exercício de 2023 a Geração e Caixa Líquida atingiu R\$ 2.017.048,87, na verificação encontra-se harmonia no saldo apurado e a diferença de saldo de caixa final e inicial:

(A) Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	2.017.048,87
VERIFICAÇÃO	Valor (R\$)
(B) Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	2.901.364,45
(C) Caixa e Equivalente de Caixa Final	4.918.413,32
(D) Movimentação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixas (D)=(C)-(B)	2.017.048,87
DIFERENÇA (A)-(D)	0,00

10.5 Retenções tributárias para fins de impacto no saldo de caixa

As retenções tributárias foram consideradas pagas (orçamentariamente) no momento da liquidação, conforme eventos contábeis originais. As retenções de INSS foram recolhidas à Previdência Social – e-Social. Os valores de previdência própria recolhidos de servidores efetivos foram devidamente repassados ao Fundo de Previdência Própria do Município de Nova Friburgo – RPPS - Modelos 36 e 38 da Delib. 277/17, respectivamente.

Resta, consignado no Anexo XVII, o valor de R\$ 1.981,10 – INSS – Pessoa Jurídica (art. 31 da Lei 8.212 / 91) - recolhido da Empresa M.G. Eccard, NFe 1964, emitida em 22 de dezembro de 2023. Pelo Princípio da competência, o repasse ao INSS e informe ao e-Social dar-se-á em janeiro de 2024.

As retenções de IRRF são recolhidas a favor do Município de Nova Friburgo, regrados pela Instrução Normativa RFB nº 1.234/20124 e no Decreto Municipal nº 2.480, de 30 de outubro de 2023, bem como a Instrução Normativa (IN) SeCon nº 008/2023 (Controle Interno da CMNF).

Modo semelhante, o ISS tomado é recolhido aos cofres do município, consoante a Lei Complementar 124/2018 – Código Tributário do Município de Nova Friburgo.

10.6 Transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa

Não ocorreram em 2022 transações de investimento e financiamento que não envolvam o uso de caixa ou equivalentes de caixa, como aquisições financiadas de bens e arrendamento financeiro.

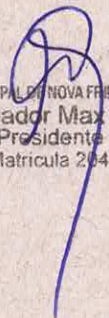
11 – NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA
Anexo I, item 13 da Deliberação 277/17

Nota Explicativa nº 11 – Anexo XVI - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna:
O Anexo encontra-se sem movimentação.

12 – NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
Anexo I, item 14 da Deliberação 277/17

Anexo XVII - Demonstrativo da Dívida Flutuante: Considerando o valor consignado a ser deduzido nos primeiros duodécimos de 2024, o saldo de R\$ 4.918.413 está devidamente provisionado como se constata no Quadro I do Balanço Financeiro.


Câmara Municipal de Nova Friburgo
Natacha Cereja Gambini
TESOURARIA
MATR 249


CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
Vereador Max Bill
Presidente
Matrícula 2642


CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
Marco Antonio da R Silva
Diretor de Contabilidade
Matrícula 2063

ABREVIações UTILIZADAS:

CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CMNF – Câmara Municipal de Nova Friburgo
DCASP – Demonstrativos Contábeis Aplicados ao Setor Público
IPC - Instruções de Procedimentos Contábeis
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDF – Manual de Demonstrativos Fiscais
N.E. – Nota Explicativa
NBCASP – Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público
NBC TSP – Normas Brasileiras Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público
PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PMNF – Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
QDD – Quadro de Detalhamento da Despesa
RGF - Relatório de Gestão Fiscal
SIAFIC - Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle
STF - Supremo Tribunal Federal
STN – Secretaria do Tesouro nacional
VLC – Valor Líquido Contábil


Câmara Municipal de Nova Friburgo
Natália Cereja Gambini
TESOURARIA
MATR 339


CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
Vereador Max Bill
Presidente
Matricula 2042



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
Marco Antônio da R. Silva
Diretor de Contabilidade
Matricula 2063

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas atendendo a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, as DCASPS, IPCs e NBCsTSP em consonância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, bem como eventos contábeis definidos pela CASP e CFC.

As Notas Explicativas apresentam estrutura orientada pelo MCASP 9ª Edição evidenciando as contas relevantes e passíveis de esclarecimentos. Rememore-se a adesão do Município ao SIAFIC, Executivo e Legislativo utilizando o mesmo sistema, em consonância ao Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. O Processo de migração de dados iniciado em 2022 tem, em 2023, a consolidação junto ao Executivo de base única de dados e integração à contabilidade dos sistemas estruturantes.

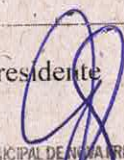
Nova Friburgo, 11 de Março de 2024.




Contador

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Marco Antônio da R. Silva
Diretor de Contabilidade
Matrícula 2063



Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Vereador Max Bill
Presidente
Matrícula 2042

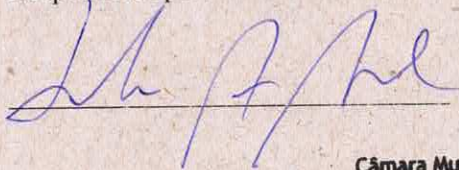


Tesoureiro


CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Natacha G. Pereira Gambini
TESOURARIA
MATR. 349

Responsável pelo Controle Interno:



Responsável pelo Controle Interno

Câmara Municipal de Nova Friburgo

Amanda Almeida Amaral
Secretária de Controle Interno
Matr. 1536 CRC RJ 090769/10 